

A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI

Edu Silvestre de Albuquerque¹ - UFRN
edusilvestre@ufrnet.br

RESUMO

O paradigma de desenvolvimento e defesa da região amazônica no âmbito do Estado brasileiro se alterou profundamente nos últimos 25 anos. Durante o regime militar, a abordagem das frentes pioneiras projetadas a partir das bordas da floresta e a construção de diversas rodovias propiciaram um desenvolvimento demográfico e econômico acelerado, ainda que criticado pelos fracos resultados sociais alcançados. Com a redemocratização, as políticas públicas do Estado brasileiro se tornaram mais permeáveis ao ambientalismo, questionando os paradigmas da “segurança e desenvolvimento” da Doutrina de Segurança Nacional (presente desde o segundo governo getulista até o período do regime militar de 1964). Hoje, mesmo o Exército brasileiro passa a focar suas estratégias na região quase que exclusivamente sob a ótica da ocupação da faixa de fronteira, inclusive resuscitando a lógica das fronteiras-limites que marcará o período colonial. O presente artigo pretende rediscutir a questão da defesa amazônica no século XXI sob dois aspectos: a) a retomada do paradigma da segurança e desenvolvimento, agora em bases democráticas; b) a revisão da Estratégia Nacional de Defesa sob os condicionantes geopolíticos da Hileia e dos Andes. Para tanto, elegemos duas políticas públicas voltadas diretamente para as questões de defesa, segurança e desenvolvimento com foco na região amazônica: o Programa Calha Norte e a Estratégia Nacional de Defesa.

Palavras-chave: Geopolítica; defesa; segurança; desenvolvimento, Amazônia.

INTRODUÇÃO

Por que a integração regional evolui mais rapidamente na Bacia do Prata do que na Bacia Amazônica? Por que a Transamazônica não promoveu o esperado desenvolvimento econômico ao longo de toda a sua margem? Por que a guerrilha das FARC resiste mesmo com a ajuda significativa aos colombianos patrocinada pelos Estados Unidos? A resposta a todas estas questões passa pelos obstáculos

1 Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Editor da Revista de Geopolítica. Originalmente, os resultados desta pesquisa foram apresentados em mesa-redonda no encontro regional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), em João Pessoa, em outubro de 2012.

geográficos representados pela floresta amazônica e as distâncias continentais em seu interior.

Nosso argumento aqui é que as políticas públicas envolvendo a defesa, segurança e desenvolvimento amazônico tem perdido seu rumo ao desconsiderar os condicionantes geográficos do espaço amazônico. As apostas em vias de transporte de longas distâncias (Transamazônica) ou a vivificação das faixas de fronteira (distantes das bordas da floresta e das principais calhas da Bacia Amazônica, tem custado enormes somas aos contribuintes e produzido resultados duvidosos do ponto de vista social e de segurança nacional. Por esta razão, este artigo resgata os condicionantes geográficos do pensamento geopolítico nacional para analisar o Programa Calha Norte (PCN) e a Estratégia Nacional de Defesa em seu vetor amazônico.

O Programa Calha Norte

O quadro internacional do pós Guerra Fria não era nada favorável para a continuidade das políticas de segurança e defesa dos países periféricos, onde chegava-se mesmo a afirmar a superação das fronteiras-limite e das estratégias de contenção pela intensificação do processo de fronteira-cooperação (ARROYO, 1995; RUCKERT, 2003). Assim, impressiona o fato de que os militares brasileiros tenham alcançado preservar a logística militar nas fronteiras meridionais, e ainda convencido aos governos civis da necessidade de políticas de defesa e segurança voltadas para a Região Amazônica².

Desenvolvido no âmbito do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) e do Serviço Nacional de Informações (SNI), o Programa Calha Norte (PCN) é criado em 1985, no governo de José Sarney, implantando uma política integrada envolvendo defesa e vivificação das faixas de fronteira da Amazônia³. No âmbito do PCN são desenvolvidas ações cívico-sociais em comunidades de fronteira e reservas

2 O fim da Guerra Fria e a redemocratização brasileira impactaram negativamente o orçamento de defesa do país e o investimento público na indústria bélica nacional (RACY e SIBERFELD, 2003).

3 O PCN juntamente com o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) integram o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), com sede em Manaus, ao qual estão subordinados.

índigenas, criados pelotões de fronteira e reimplantadas unidades militares deslocadas do Centro-Sul.

Inicialmente, seu foco estava direcionado para as áreas de fronteira onde ocorriam a justaposição entre reservas indígenas e recursos minerais, mais tarde evoluindo para iniciativas de desenvolvimento ordenado e sustentável da região fronteiriça amazônica⁴. O período de 1986 a 1994 foi de intensificação da presença militar – inclusive sobre a política indigenista - na Amazônia⁵. De 1995 ao presente, os recursos se voltaram mais ao “desenvolvimento local por meio de projetos de incentivo a atividades produtivas comunitárias” (NASCIMENTO, 2005, p. 122).

O PCN visa claramente reeditar a política de vivificação das fronteiras que garantira a colonização lusitana na Bacia do Prata, numa estratégia de mobilização envolvendo simultaneamente as frentes militar e civil. Naquela ocasião, as áreas de fronteira do Brasil Meridional conquistadas nas campanhas militares contra os espanhóis ganharam diversas unidades militares (muitas originando núcleos urbanos) e as terras foram doadas aos oficiais combatentes numa tentativa bem sucedida de ocupação com o elemento luso.

4Em sua dissertação de mestrado, Diniz (1994, p. 155-156). entende que “o PCN surge na esteira de uma competição intragovernamental entre duas concepções alternativas de política indigenista”, uma “formada, no plano interno, grosso modo, pelos indigenistas, sejam antropólogos ou parte da Igreja Católica, representada, no caso, pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI e grupos próximos ou simpatizantes; os índios e sua organização, basicamente a União das Nações Indígenas - UNI; e, no plano externo, amplos setores da opinião pública que vinham crescentemente influenciando os governos de seus países quanto à atuação do governo brasileiro no que se referia à política indigenista, o que repercutiria nos programas de ajuda financeira ao país, particularmente por parte do Banco Mundial”, e a outra “oposta a esta, era representada basicamente por setores das Forças Armadas, principalmente dentro do Exército (largamente coincidente com a Coalizão de Segurança Nacional), garimpeiros, mineradoras e políticos amazônidas nas esferas municipal, estadual e federal.” As articulações internacionais da primeira pseudocoalizão tornaram-na bastante expressivas junto a opinião pública, influenciando governos a implementarem políticas ambientais mais rigorosas: “Contudo, esse seu caráter internacional é também uma faca de dois gumes: ela faz recrudescer, nos setores nacionalistas brasileiros, o temor quanto à internacionalização da Amazônia.” (DINIZ, 1994, p. 156).

5Segundo Diniz (1994, p. 159-160), “uma reformulação da Funai ocorrida em fevereiro de 1986 incorporou todas as propostas mencionadas no PCN. Essa reestruturação tornou a Funai antes um organismo subsidiário do Calha Norte do que propriamente uma agência de assistência às populações indígenas(...) O objetivo, de qualquer modo, continua sendo a vivificação das fronteiras, mas a mudança é significativa: a presença de índios na fronteira, que até ainda a década de 30, pelo menos, era considerada necessária para a guarda das fronteiras do Brasil, passa agora a ser considerada como óbice à consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes, particularmente o de desenvolvimento e o de integridade territorial.(...) Com a única exceção da área do Alto Solimões, todas as outras áreas selecionadas para o PCN estavam, em 1987, tomadas por esta atividade, seja extraindo ouro, estanho ou outros minérios.”

Entretanto, a racionalidade econômica e social da política de colonização e de defesa no Brasil Meridional a partir das faixas de fronteira decorria das condições amplamente favoráveis do relevo para o estabelecimento de linhas de comunicação eficientes tanto para militares (organização da defesa com apoio na retaguarda) quanto para civis (desenvolvimento da pecuária extensiva).

A vivificação das fronteiras meridionais brasileiras foi extremamente favorecida pelo relevo plano e vegetação de gramíneas que caracterizam fisiograficamente o Pampa Gaúcho, garantindo a ligação terrestre entre os militares-pecuaristas e postos militares estabelecidos na fronteira e a rede urbana e portuária da costa gaúcha, além das menores distâncias a serem percorridas entre aquelas duas subregiões. A inexistência destas facilidades geográficas na Amazônia dificultam sobremaneira a replicação dessa política de vivificação de fronteiras, especialmente na Calha Norte do Amazonas, e tendem a pressionar o orçamento dos projetos militares e civis do PCN.

É compreensível que os militares brasileiros estejam apreensivos com a manipulação dos povos indígenas amazônicos para fins de fragmentação do território nacional, especialmente nas reservas indígenas que se projetam para regiões de países vizinhos, como os *yanomamis* na fronteira Brasil-Venezuela⁶. Também é compreensível que os militares estejam preocupados em manter uma agenda de segurança e defesa nos governos civis⁷. Entretanto, é preciso observar que o PCN representa um retrocesso mesmo em relação ao próprio conceito de Segurança e Desenvolvimento, que nasce no segundo mandato do governo nacionalista de Getúlio Vargas e se consolida com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e implantação do regime militar de 1964.

6 Na origem do PCN, os militares temiam a projeção do antagonismo Leste-Oeste na região, através do Suriname, cujo ditador demonstrava sinais de inclinação à órbita de Moscou, conforme citação da Exposição de Motivos 18/85: “a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul.” (EM 18/85 de 19 de junho de 1985). Nessa perspectiva, de alguma forma, os militares acreditavam que a questão indígena poderia ser mobilizada segundo interesses externos no contexto da Guerra Fria. Em verdade, esse temor da cobiça internacional sobre a Amazônia remonta a quase 150 anos, não se reduzindo à Doutrina de Segurança Nacional (DINIZ, 1994).

7 Mais crítica em sua análise sobre o pensamento e a presença dos militares brasileiros na Amazônia, Marques (2007, p. 35) observa que: “não são as ameaças externas nem os interesses paroquiais que determinam a priori as opções estratégicas dos militares”, e sim crenças de que seriam os grandes “avalistas da integração nacional” ou a continuidade da missão colonizadora levada a cabo pelos portugueses.

Essa redução do desenvolvimento a escala local presente no PCN reflete a própria mudança de curso das políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. De Vargas até o Regime Militar de 64, a meta do desenvolvimento estava associada ao projeto integrado nacional (industrializando a nação e a integrando territorialmente com redes de energia, comunicação e de transportes), e este era considerado essencial para a ampliação da segurança nacional⁸. Com o PCN ao contrário, o próprio Grupo de Trabalho Interministerial formado para lançar suas diretrizes reconhecia no relatório final apresentado ao presidente José Sarney que seria difícil avançar em termos de ampliação da infraestrutura viária e de energia hidrelétrica; na interiorização dos polos de desenvolvimento econômico; e mesmo na ampliação da oferta de recursos sociais básicos, alegando a urgência de implementação do programa. A questão, entretanto, não era a urgência do programa, mas não considerar os condicionantes geográficos do isolamento relativo das fronteiras na imensa faixa da Calha Norte.

A Amazônia Legal representa 59% do território nacional, onde vivem hoje mais de 24 milhões de brasileiros e cuja taxa de crescimento demográfico é o dobro da média nacional. Por conta desses milhões de amazônidas, o professor Milton Santos dizia que “a Amazônia não era uma coleção de árvores”. O renomado mestre enfatizava que a Amazônia representa um espaço já humanizado, embora os amazônidas sejam costumeiramente esquecidos no discurso acadêmico e, ultimamente, também no discurso político. Com efeito, esses milhões de amazônidas querem o mesmo que os demais brasileiros: energia elétrica, alimentos, bens de consumo, postos de saúde, escolas, estradas asfaltadas e cidades modernas.

O PCN já trás uma visão limitada de desenvolvimento amazônico, voltado para a criação de infraestruturas locais e o desenvolvimento de comunidades dispersas localizadas apenas na Faixa de Fronteira⁹. Mas a questão do

80 binômio Segurança e Desenvolvimento emerge do período entre as duas guerras mundiais, a partir do conceito de guerra total adotado pelas potências centrais. Segundo o general alemão Ludendorff derrotado na Primeira Guerra, a guerra deixava de ser um instrumento da política; doravante, a política tornava-se a continuação da guerra por outros meios (DINIZ, 1994).

9 Para alguns autores, essa vivificação das fronteiras amazônicas no âmbito do PCN se ampara na atividade predatória da mineração: “A expansão da atividade econômica para a faixa fronteira norte do Brasil só seria realizada pela mineração, basicamente pelo garimpo.” (DINIZ, 1994, p. 85). Entretanto, “A expansão do garimpo atingiria regiões habitadas por indígenas, principalmente, em

desenvolvimento amazônico é atualmente ainda mais limitada pelo conceito ongueiro de sustentabilidade, bloqueando a expansão das infraestruturas físicas necessárias para uma economia regional moderna e integrada ao restante do país.

A partir da conquista da opinião pública e da mídia, o onguismo ambiental logrou influenciar as políticas públicas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, de modo a representar uma crescente intromissão da agenda ambiental nas esferas econômica e social. As diretrizes do PCN indicam os riscos do uso do discurso ambiental internacional contra a soberania nacional nas áreas de fronteira, mas nem mesmo os militares foram capazes de reverter esse novo contexto político de congelamento das políticas desenvolvimentistas para a região.

A pesquisadora Nazira Correia Camely (2011) estudou a situação econômica e social dos camponeses das Reservas Extrativistas do Acre, consideradas modelo de desenvolvimento sustentável. Expulsos pelo IBAMA por abrirem pequenos roçados em meio a floresta para o cultivo de subsistência, esses camponeses acabam engrossando as periferias de Rio Branco. Curiosamente, a correlação de forças políticas é hoje amplamente favorável aos grupos de pressão ambientalistas, apesar da origem classista do partido governista federal. Esse discurso internacionalista de classe média fala mais alto que os interesses da maioria dos amazônidas, impondo inclusive uma legislação ambiental severa para a prática agropecuária no espaço amazônico.

O pensamento geopolítico oficial brasileiro

O pensamento geopolítico oficial brasileiro foi desenvolvido essencialmente por militares ligados a Escola Superior de Guerra e que acabaram influenciando direta ou indiretamente as políticas públicas do Estado brasileiro. Esse pensamento geopolítico genuíno engloba: a) a questão da integração territorial nacional (especialmente os anecúmenos do Centro-Oeste e Amazônia); b) a defesa das fronteiras contra agressões de países vizinhos ou por meio destes; e c) a

1984, a área yanomami. Chame-se a atenção para o fato de que se estava então às vésperas do Projeto Calha Norte.” (DINIZ, 1994, p. 86).

importância das linhas de comunicação sul-atlânticas e da segurança das instalações industriais e militares litorâneas (ALBUQUERQUE, 2011).

O primeiro desses geopolíticos militares é Mário Travassos, costumeiramente lembrado por seu papel na tradução do destino manifesto brasileiro como projeção pela América do Sul. Ele vinculou competentemente a ocupação da Região Centro-Oeste aos objetivos geopolíticos de proteção das fronteiras brasileiras e de avanço sobre os recursos do *heartland* sul-americano. Na obra *Projeção Continental do Brasil* (1935), destaca a importância das políticas de desenvolvimento voltadas para o Centro-Oeste e Noroeste conjugadas ao objetivo de conectar as redes de transporte entre as regiões industrializadas do Sudeste e as áreas ricas em recursos minerais da Bolívia e Paraguai.

O pensamento de Travassos influenciaria o curso das políticas territoriais brasileiras. Apesar da vantagem natural da Argentina em razão da hidrovia que unia o Paraguai ao porto de Buenos Aires e da ferrovia entre os dois países construída quase em paralelo ao rio Paraná-Paraguai, o Estado Brasileiro esperou momento propício para criar uma rodovia desde a fronteira paraguaia até o Porto de Paranaguá (PR), franqueando ali instalações para o comércio exterior paraguaio¹⁰.

A habilidade de Mário Travassos estava justamente na leitura geopolítica do novo processo de expansão das fronteiras de colonização a partir dos interesses industriais sediados no Sudeste do país, Esses interesses industriais projetariam sucessivas ondas expansivas da infraestrutura de transportes e comunicações na “trilha dos bandeirantes”, garantindo a comunicação sempre mais eficiente com o interior brasileiro¹¹.

Importante notar que aquele incômodo anecúmeno no Centro-Oeste desapareceu, não a partir da ocupação das fronteiras, mas pelo avanço dos

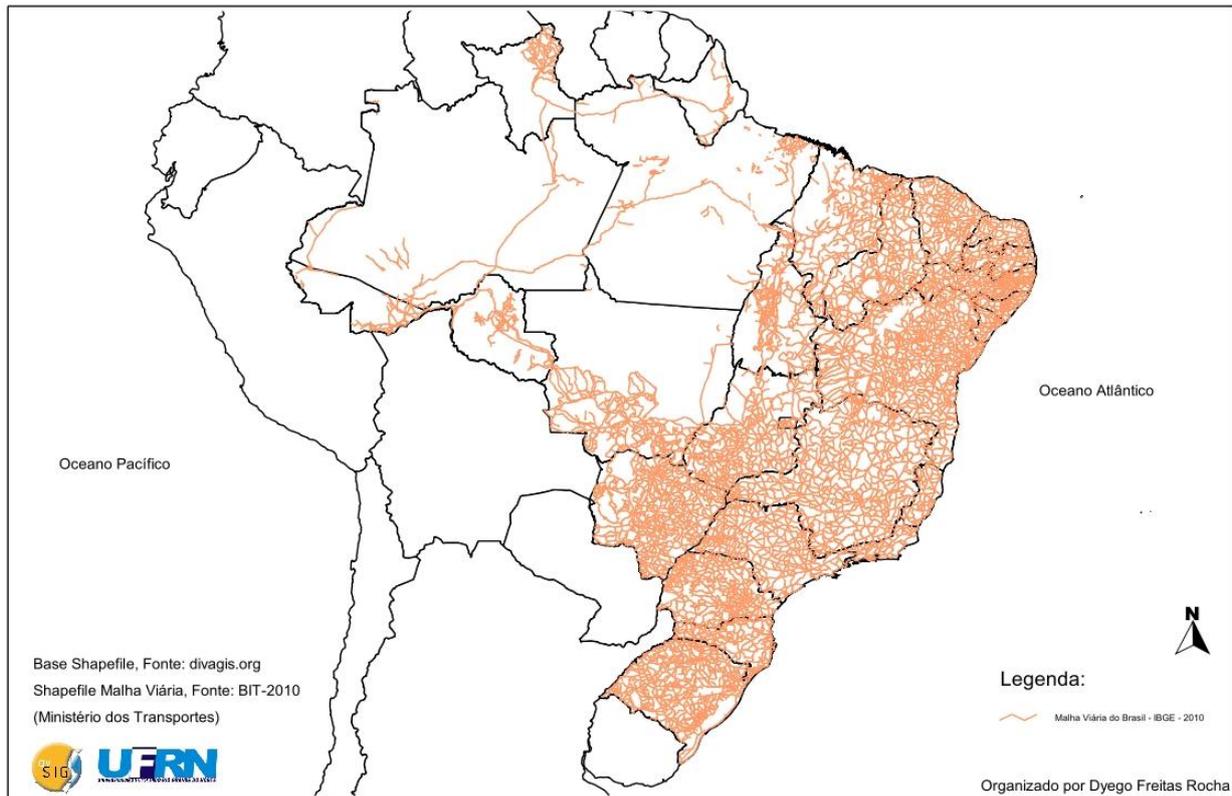
10 O sucesso da política de atração brasileira foi favorecido pela obsolescência da hidrovia e da ferrovia argentino-paraguaia, carente de novos investimentos.

Paradoxalmente, é a partir do porto de Paranaguá que entram os *containers* carregados de mercadorias chinesas que depois atravessam ilegalmente a fronteira brasileira a partir de Ciudad del Este.

11 No meio civil, diversas análises não propriamente geopolíticas também foram desenvolvidas acerca do conceito de frentes de expansão. O geógrafo francês Pierre Monbeig empregou o conceito de frentes pioneiras para estudar a expansão da cafeicultura pelo oeste paulista. Mais tarde, o sociólogo José de Souza Martins e o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira desenvolveram seus respectivos trabalhos exatamente a partir desta ideia de fronteiras agropecuárias ou frentes de expansão.

colonizadores e da infraestrutura a partir do Centro-Sul¹². Entretanto, como se percebe pelo Mapa da Malha Rodoviária Brasileira de 2010, essa expansão da infraestrutura física para o interior da Amazônia ainda não se efetivou.

MAPA DA MALHA VIÁRIA BRASILEIRA - 2010



Para Travassos, a atração que a Argentina exercia sobre o Uruguai, Paraguai e Bolívia era absolutamente artificial, em razão da rede viária que os liga ao porto de Buenos Aires. Para ele, a região amazônica brasileira apresentava vantagens superiores a da Bacia do Prata para desequilibrar decisivamente a balança de poder sul-americana em favor do Brasil, bastando uma correta articulação de linhas de circulação e meios de transporte:

Em primeiro lugar, exerce decisiva atração sobre o rumo das duas grandes instabilidades geográficas continentais - o planalto boliviano e o centro de

12 É notório que em pleno século XXI, as políticas públicas brasileiras continuam enfatizando o desenvolvimento das Regiões Centro-Oeste e Norte (apesar da limitação da sustentabilidade), justamente as regiões de maior crescimento econômico nas últimas décadas. Por conta disto, a participação destas duas macroregiões no total da população brasileira passou de 7,7%, em 1962, para 14,9%, em 2004.

dispersão colombiano. Representa, nesse particular, verdadeira força homogeneizadora, emprestando à calha imensa do Amazonas o papel de pêndulo regulador das oscilações daqueles territórios. Em segundo lugar, sua influência se faz sentir através das abertas andinas sobre os próprios vales longitudinais da Cordilheira, ou seja, sobre a vertente do Pacífico. (TRAVASSOS, 1935, p. 129).

Analisando a tese do *heartland sul-americano* de Travassos, Diniz (1994, p. 24) destaca que:

A solução natural para reverter a influência econômica e política da Argentina em favor do Amazonas e do Brasil se encontra numa ação sobre o triângulo Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra-Sucre, no planalto boliviano: toda essa região possui uma excelente articulação viária com os demais países do Pacífico. Santa Cruz, principal centro dinâmico da economia da região, é artificialmente ofuscada pelas facilidades viárias de Cochabamba com relação ao Prata e ao Pacífico. A idéia seria ligar Santa Cruz de la Sierra à Madeira-Mamoré. Daí para a frente, a “espontaneidade viatória da Amazônia”, isto é, suas infinitamente maiores facilidades em termos de comunicação, aliadas a uma melhor posição junto aos mais importantes feixes de circulação mundial, fariam o resto do serviço. Não será detalhado aqui o processo através do qual isso seria conseguido. Trata-se apenas de mencionar a importância dos Pasos e Nudos, que são as linhas de menor resistência na Cordilheira dos Andes. É através desses pontos que se poderiam vencer as dificuldades para a comunicação postas pela barreira da Cordilheira dos Andes. Esses pontos se localizam em sua maioria mais proximamente à foz do Amazonas que do porto platino, sendo a exceção o Paso de Uspalata, localizado num ponto entre Mendoza (Argentina) e Santiago (Chile).

Além da Argentina na Bacia do Prata, o principal temor de Mário Travassos era da penetração norte-americana na Amazônia, tal como fizeram no passado as metrópoles europeias estabelecendo colônias nas Guianas:

As influências políticas e os interesses econômicos que se aninham no Mar das Antilhas e o foco de atração que o Canal do Panamá representa são, por si sós, capazes de sublinhar, suficientemente, a instabilidade geográfica dessa extremidade continental, erigindo aí, como no centro mesmo do continente, outro caso de fragilidade política. (...) Tal como o território boliviano, que se acorrenta à estrutura andina e oscila entre as atrações da Amazônia e do Prata, o agrupamento colombiano, soldado à Cordilheira pelo

Nudo de Pasco [ponto, localizado na Colômbia, em que a Cordilheira dos Andes se subdivide em três, todas elas se dirigindo no sentido do Caribe - EPLDC], oscila entre as atrações de dois oceanos - do lado do Pacífico a Baía de Panamá, em que deságua o Canal; do lado do Atlântico as três formidáveis antenas que são o Madalena, o Orinoco e o Amazonas. (...) A instabilidade geográfica do canto noroeste do continente, entretanto, justo porque está numa das extremidades da massa continental, se mostra presa fácil a influências extra-continentais. (...) O Canal do Panamá - verdadeiro carrefour internacional - e o Mar das Antilhas - incubadeira da influência yankee - exprimem bem o caráter das pressões que se exercem nessa extremidade do continente sul-americano. As linhas naturais de penetração que os vales do Madalena e do Orinoco representam dizem o resto. (TRAVASSOS, 1935, p, 65-71).¹³

Esse isolamento dos países andinos na Amazônia se manifesta até hoje na fraca densidade demográfica em suas respectivas regiões amazônicas, e não foi de todo rompido apesar das ligações aéreas entre as capitais andinas e áreas interiores de resto já aventadas ao tempo de Lysias Rodrigues. Aquele geopolítico destacava a necessidade de valorização demográfica e econômica das fronteiras brasileiras, inclusive com a criação de uma “coroa de territórios federais” na Amazônia, especialmente “Na fronteira equato-peruviana, com centro na cidade de Letícia, próximo a Tabatinga (Brasil), nó de transportes de toda a classe.” (RODRIGUES, 1947: 63). Contudo, a influência norte-americana no Norte da América do Sul se faz pelas Antilhas e Canal do Panamá, e não a partir das fronteiras amazônicas dos países andinos com o Brasil¹⁴.

13 Também em Lysias Rodrigues (1947), “Colômbia e Venezuela, no norte do continente, graças ao contraste entre a atração do Caribe e o imenso obstáculo que é a selva amazônica, gravitam na órbita norte-americana. As colônias européias que ainda restam no continente - as três Guianas - revelaram-se, por sua vez, uma “desagradável surpresa” para seus colonizadores, sendo-lhes antes um ônus que um benefício; a proximidade com o mar das Caraíbas - influência norte-americana - dificulta-lhes mais ainda os laços metropolitanos, ainda não rompidos. Esses laços, por sua vez, somados à atração exercida pelo Brasil, servem de contraposição àquela influência. A influência brasileira, nota Rodrigues (1947), deverá ampliar-se ainda, na medida em que cresça a integração viária do território brasileiro.” (DINIZ, 1994, p. 27).

14 Para o próprio Lysias Rodrigues: “toda a civilização sul-americana se desenvolveu proximamente ao mar, e em especial os países andinos, devido ao obstáculo da cordilheira. Isso não lhes foi muito favorável, já que a região, que inclui até mesmo desertos, não era a melhor para a ocupação humana; somente com o advento da aviação é que seus povos puderam entrar em contato com o interior, aumentando então suas possibilidades econômicas e sociais.” (DINIZ, 1994, p. 27).

A partir dos anos 50 e até ao menos os anos 70-80, outro geopolítico militar influente foi Golbery do Couto e Silva. Sobre a Amazônia dizia fazer-se necessário continuar com a penetração a partir do Rio Amazonas e prosseguir o programa de expansão da rede de estradas pelas bordas da floresta, permitindo que mais brasileiros vindos do Centro-Sul colonizassem a Amazônia. Analisando a situação econômica e demográfica dos países amazônicos vizinhos, Golbery não acreditava que tão cedo algum deles pudesse rivalizar com o Brasil e representar algum nível de ameaça à Amazônia. Colômbia e Peru totalmente isolados exatamente pela floresta tropical úmida não teriam potencial de desfecho de algum ataque que não possa ser prevenido a tempo. No entanto, o fato de se tratar de uma fronteira morta pode ocultar o risco da invasão dissimulada, vagarosa, o que indica a necessidade de tamponamento das vias naturais de penetração.

Mas o objetivo central de Golbery do Couto e Silva (1967, p. 47) era “inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio.”

Outro geopolítico militar, Meira Mattos, defendia já nos anos 80 a intensificação do comércio internacional fronteiriço na Amazônia, com a ocupação da região ocorrendo a partir de três frentes de penetração: uma no sentido leste-oeste (o Grande-Rio e depois a Transamazônica), subtraindo população do Nordeste brasileiro, outra no sentido oeste-leste a partir dos contrafortes andinos, e outra vinda do Centro-Sul¹⁵. Talvez inconscientemente seja daí que os elaboradores do PCN tenham buscado inspiração, mas é importante frisar que Mattos também defendia a continuidade da expansão da fronteira agrícola a partir do Centro-Oeste brasileiro, seguindo a rodovia Belém-Brasília e apoiada em amplo programa de incentivos fiscais¹⁶.

15 Meira Mattos na obra *Uma geopolítica pan-amazônica* (1991) relembra as “três frentes históricas de abordagem da Pan-amazônia”: uma proveniente dos Andes, mais exatamente de Quito, que é a frente de Francisco de Orellana; uma proveniente do Atlântico, mais precisamente Belém, que é a frente de Pedro Teixeira; e a terceira, proveniente do Planalto Central, caminho realizado por Raposo Tavares.

16 O historiador Décio Freitas descreveu o papel da disponibilidade desses amplos fundos territoriais como válvula de escape usada pelas elites brasileiras para diminuir a pressão social no campo brasileiro, bem como evitar uma ainda maior dramaticidade social nas cidades. De qualquer forma, é preciso lembrar que todos os países com amplos fundos territoriais desenvolveram programas de colonização mais ou menos intencionalmente.

Myiamoto (1980) e Diniz (1994) acreditam que a construção da Rodovia Transamazônica nos anos 70 foge à estratégia traçada pelo próprio Golbery do Couto e Silva para ocupação dos anecúmenos amazônicos a partir das bordas da floresta. Essa enorme via L-O representaria o deslocamento de recursos demográficos essenciais para a ocupação do estratégico Promontório Nordeste.

De qualquer forma, a imagem de satélite seguinte demonstra claramente que a ocupação mais intensa da região ainda hoje ocorre justamente numa longa faixa da borda da floresta (as manchas amarelas indicam pontos de desmatamento), tal como aventado por Golbery do Couto e Silva ainda nos anos 50 e antes dele por Meira Mattos. Essa área de ocupação humana mais intensa e permanente é o que hoje as ONGs internacionais, a grande mídia e o Ministério do Meio Ambiente rotulam de “Arco de Fogo”, num conceito nada inocente como alerta a geógrafa Bertha Becker.



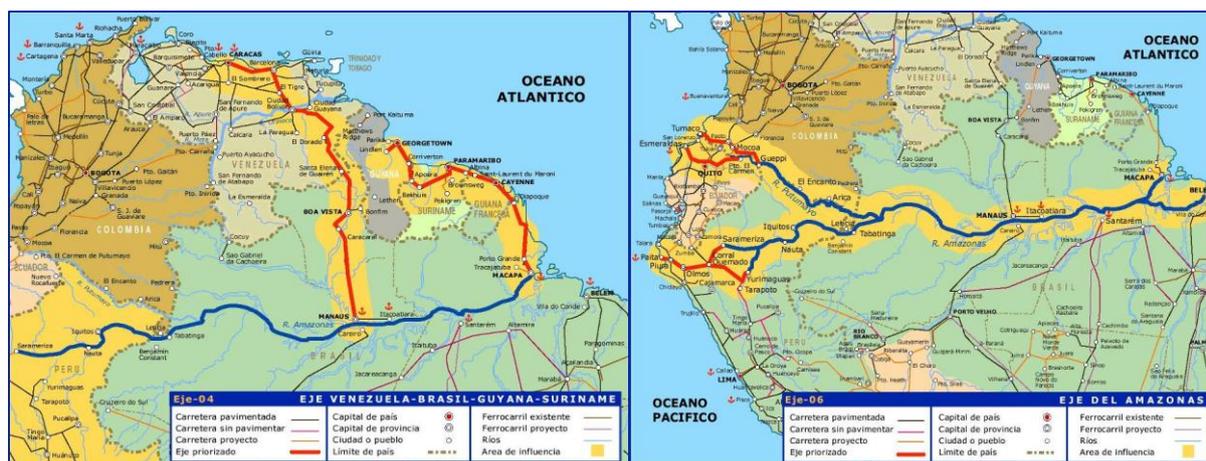
A civilização continua empurrando as bordas da floresta cada vez mais para dentro num processo espontâneo e irrefreável. Os grupos ambientalistas e segmentos do governo comemoram a redução das taxas de desmatamento na Amazônia, mas não podem comemorar a reversão do processo. A velocidade do desmatamento diminuiu diante da negativa dos organismos financeiros internacionais de financiarem a expansão da infraestrutura física e das atividades agropecuárias na região da floresta equatorial, mas o processo de conquista da Amazônia para o processo civilizatório não cessou. O caos social e urbano que se verifica nesta faixa de terras amazônicas não pode ser atribuído aos amazônidas ou novos colonizadores que migram, mas ao engessamento do Estado brasileiro pelo conceito de desenvolvimento sustentável que limitam o escopo das políticas públicas para a Amazônia.

Este texto não é um revanchismo do autor em relação à natureza, mas uma tentativa de leitura dos processos sociais que ocorrem na região sem a tentação do simplismo da radicalização do discurso. É importante resgatar outra vez Milton Santos, lembrando que um ser humano deve sempre ter mais valor que uma árvore, e que o Estado deve olhar por esses brasileiros que ainda lutam para domesticar as forças da natureza. É preciso destacar que são os próprios amazônidas que reivindicam o asfaltamento da rodovia entre Porto Velho e Manaus, e este é apenas um dentre muitos outros exemplos¹⁷.

Essa dicotomia entre desenvolvimentismo e ambientalismo já repercute em todas as políticas territoriais brasileiras, reverberando inclusive no contexto sul-americano. O diagnóstico de que a extensificação do Mercosul para o restante da América do Sul esbarra exatamente na inadequação/falta de infraestrutura física para dar suporte à integração regional é inteiramente correto. A Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) foi pensada exatamente para pensar estrategicamente as redes regionais de transporte, entretanto, a integração da Amazônia Sul-Americana representa o elo geográfico mais débil. Para a Amazônia Setentrional são vertebrados apenas alguns eixos rodoviários, caso da BR 174

17 Uma ferrovia unindo as áreas produtoras de minério de ferro de Carajás às reservas carboníferas colombianas, por exemplo, representaria uma enorme vantagem comparativa para os sul-americanos reverterem o domínio chinês no setor de produção de aço, conforme destaca o economista Darc Costa.

(Manaus-Caracas) e da Macapá-Guianas, mas a conexão entre ambas ocorre apenas nas Guianas, como se percebe no primeiro mapa abaixo (a estratégica Perimetral Norte ainda permanece engavetada). Pior ainda é a situação da Amazônia Ocidental, onde o eixo vertebrador continua sendo o Grande Rio e seus afluentes principais, conforme o segundo mapa.



Fonte: IIRSA, 2010.

Efetivamente, o controle da foz do Amazonas permitira aos portugueses a única penetração possível de linhas de comunicação regulares em meio a densa floresta equatorial sul-americana, estabelecendo o gigantismo brasileiro em termos cartográficos. Mas a questão da ocupação econômica e da densificação demográfica do espaço amazônico não foi resolvida apenas com essa frente de penetração pela hidrovia natural, restando vasta área de densa floresta equatorial onde simplesmente inexistem qualquer facilidade de densificação das linhas de comunicação.

O abastecimento dos postos militares e cidades avançadas na floresta amazônica, especialmente nas faixas de fronteira da Calha Norte, representa um custo logístico incompatível com a capacidade orçamentária das FAs e do Estado Brasileiro, exigindo aviões para transportar os produtos mais perecíveis e urgentes, e navios que morosamente cruzam os rios amazônicos sempre que a natureza permite passagem¹⁸. A ocupação da floresta pelas bordas continua, portanto,

18 A maior presença do Estado nas fronteiras amazônicas através da ampliação dos postos de vigilância sanitária, receita federal e polícia federal seguramente se faz mais necessária que postos militares. Mas a porosidade das fronteiras amazônicas continuará, pois nem mesmo os Estados Unidos, com uma linha de fronteira menor e recursos orçamentários bastante superiores, conseguem

representando a opção menos onerosa aos cofres públicos no longo prazo, e a mais racional para os próprios amazônidas, hoje obrigados a consumirem produtos extremamente inflacionados pelo custo elevado dos fretes.

A Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END), elaborada no âmbito do Ministério da Defesa, aprovada pelo Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, elegeu a Amazônia Azul e a Amazônia Verde como áreas prioritárias da defesa nacional. Para a Amazônia Verde, o documento destaca a proteção da foz do Amazonas através da criação de uma base naval, e para o Exército corrobora a doutrina de contenção baseada na fronteira-limite de certa forma já desenvolvida no âmbito do PCN¹⁹.

O conceito de fronteira-linha fôra decisivo na Primeira Guerra Mundial, baseada nos longos impasses das guerras de trincheira. Mas tornou-se obsoleto com o desenvolvimento da tecnologia militar no conflito seguinte, diante dos rápidos e profundos avanços dos blindados nazistas e da evolução da aviação de combate. Neste ponto, é impostergável nos perguntarmos da utilidade de postos militares nas fronteiras amazônicas conforme preconizados pelo PCN e pela END, sobretudo diante da contínua evolução da aviação militar.

Assim, é importante também resgatar o contexto histórico da estratégia de vivificação de fronteiras no Sul do Brasil durante o período colonial, quando os combates ainda eram realizados por tropas a cavalo ou pela infantaria a pé. É verdade que essa estratégia ganhou sobrevida com o geopolítico militar Golbery do Couto e Silva, em meio a Guerra Fria e as disputas com a Argentina pela hegemonia no Prata, mas então a capacidade de combate do sistema de defesa fronteiriço nunca foi testada.

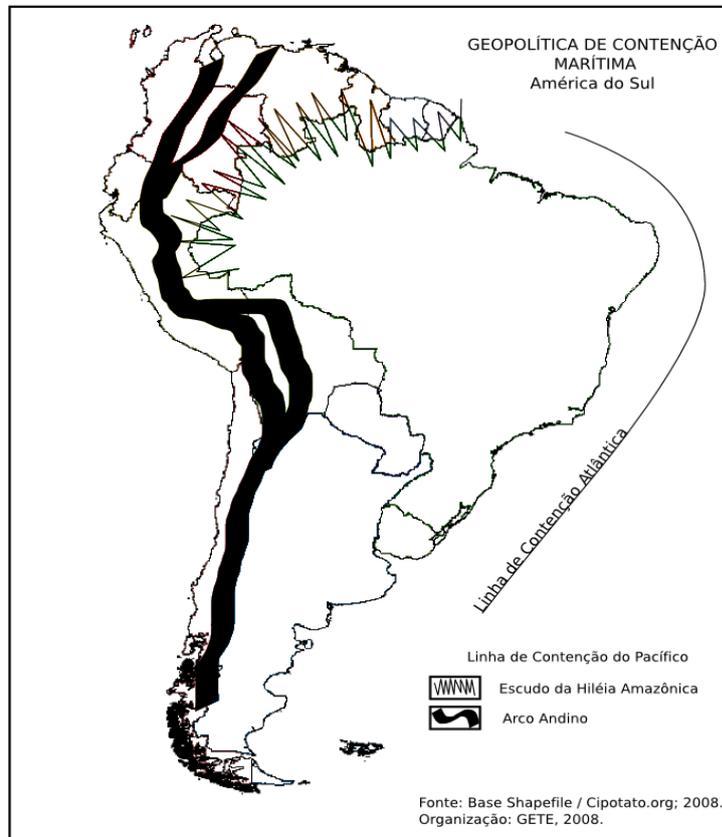
Se Golbery situava na Argentina a justificativa para a linha de defesa nas

bancar os custos logísticos do policiamento ostensivo das fronteiras com o México para deter a imigração ilegal e o comércio de drogas.

¹⁹ Na priorização da defesa da vastidão amazônica deverão organizar-se as estratégias do Exército e da Força Aérea em torno do imperativo da mobilidade estratégica, mas “sem se desfazer da vantagem da presença” (BRASIL, 2008, p.14). O Projeto Calha Norte é citado no documento de defesa, assim como Hipóteses de Guerra considerando cenários de “guerra assimétrica” contra país ou coalizões que venham a desafiar a soberania brasileira sobre a Amazônia.

fronteiras meridionais, quanto à Amazônia o general estabeleceu raciocínio diametralmente oposto não apenas pela inexistência de um rival a altura nas fronteiras amazônicas: “*Estende-se aquela fronteira terrestre, em grande parte, através do deserto que a Hiléia domina como vasto cinturão protetor. Essas condições favoráveis de início é que asseguram o indispensável grau de imunidade a ações de conquista, mantidas em potência ou duração, provindas do exterior. É, de fato, a própria insularidade em proporções continentais.*” (SILVA, 1981, p. 108).

Para Golbery do Couto e Silva, a floresta equatorial deteria qualquer força invasora terrestre que tentasse ocupar posições no território amazônico usando equipamento pesado. Esse caráter impenetrável da Hileia Amazônica dificulta a própria ocupação permanente na Amazônia Ocidental e Setentrional, justamente onde se localizam as faixas de fronteira inicialmente prioritárias do PCN. Além do escudo arbóreo lembrado por Golbery, acrescentaria ainda a dimensão estratégica representada pelos Andes boliviano-peruano, que impedem o uso do poder naval a partir do Pacífico contra o território brasileiro.



Com efeito, Hileia e Andes representam dificuldades geográficas insuperáveis à ocupação do território brasileiro por forças hostis com armamento pesado que venham do Pacífico ou de algum país vizinho (Ver Mapa *Geopolítica de Conteção Marítima*). Portanto, a situação mais plausível para Hipóteses de Guerra na Amazônia envolve o uso da aviação militar a partir de aeródromos em país vizinho, caso em que também não parece sensato prever qualquer possibilidade de contenção eficiente a partir do cinturão de postos de fronteira desenvolvidos pelo PCN e seguindo as diretrizes da END.

Essas Hipóteses de Guerra decorrentes das barreiras geográficas aludidas não são discutidas na Estratégia Nacional de Defesa, reduzindo o Exército Brasileiro ao nível de força guerrilheira seja para combater um inimigo como os destacamentos das FARC (os efetivos dos postos de fronteira do Exército Brasileiro e dos destacamentos avançados das FARC se equivalem), ou para uma longa resistência de guerra na selva contra forças de ocupação de potência extracontinental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o sucesso da ocupação dos vastos espaços amazônicos de baixa densidade demográfica é preciso a retomada da abordagem de projetos de colonização próximos das áreas de ocupação permanente nas bordas da floresta, e ainda, a ação de políticas públicas integradas como redes de estradas e de energia elétrica, de logística para armazenamento da produção, da assistência técnica e crédito agrícola, de forma a criar um mercado consumidor e de trabalho de porte razoável.

Desde os anos 50 até os anos 70, o Estado brasileiro ensaiou um movimento de ocupação mais planejado voltado para a densificação das infraestruturas nas bordas da floresta: as fazendas pecuaristas tomaram nas margens da Belém-Brasília e as margens dos rios Araguaia e Tocantins, bem como projetos de assentamento se desenvolveram com grau de sucesso variado em áreas selecionadas. Evidente que este planejamento apresentou falhas graves como o acirramento de conflitos pela posse de terras e as disputas entre garimpeiros e indígenas, dentre tantos outros. Mas esses conflitos continuam na região

amazônica, demonstrando que são produto das ações espontâneas e que a falta de presença do Estado apenas contribui para seu agravamento.

Inicialmente, o norte de Goiás (atual Tocantins), sudoeste do Maranhão, sul do Pará e nordeste do Mato Grosso experimentam uma maior densificação demográfica. E nas décadas de 70 e 80 a ocupação das bordas da floresta chega a Rondônia e, depois, ao Acre, bem como reforça a ocupação do Pará com o Projeto Grande Carajás: “Todas essas atividades localizavam-se ao sul e a leste da calha do Solimões-Amazonas” (DINIZ, 1994, p. 86).

A expansão da civilização na imensidão amazônica ocorre pelos rios que formam a Bacia do Amazonas e essencialmente pelas bordas da floresta, como destacava o geopolítico Golbery do Couto e Silva. Mas diferentemente do passado, uma ocupação agropecuária mais intensa deve considerar as peculiaridades geoquímicas dos solos da região. Na Amazônia pré-andina os solos são mais ricos em nutrientes (principalmente nas subbacias do Alto Solimões-Amazonas), enquanto que nos escudos antigos das Guianas e da Amazônia Central são solos mais pobres, com a exceção de algumas manchas de tamanhos variados.

É justamente a partir das bordas da floresta que ocorre a densificação das infraestruturas que gradativamente ligam a região ao restante do território nacional. A formação de cidades nas fronteiras amazônicas antes da complementação das infraestruturas integradas ao restante do território nacional, caso da atual política do PCN para os espaços vazios das Amazônias Setentrional e Ocidental, não poderá ser acompanhada da urbanização necessária, além de onerar em demasiado o orçamento público federal em razão dos custos logísticos envolvidos.

Por sua vez, a “fronteira oriental” da defesa brasileira não deveria se confundir com as fronteiras-limites da Amazônia, como preconizado tanto pelo PCN quanto pela END. O primeiro sistema defensivo na região é representado pelo próprio Escudo da Hileia Amazônica e ainda pelo Arco Andino (cujas linhas orientais de seus contrafortes constituem nossa verdadeira fronteira terrestre do ponto de vista estratégico). A única Hipótese de Guerra sensata na região amazônica envolvendo forças simétricas deriva do uso da aviação militar que vinda de força naval hostil utilize plataformas de apoio em países vizinhos, mas neste caso o Projeto SIVAM poderá fazer muito mais pela vigilância do espaço amazônico que a

presença dispersa e isolada de destacamentos militares convencionais dispostos ao longo da fronteira-linha.

As reais ameaças a integração territorial brasileira não advem das fronteiras mortas amazônicas, mas da não integração efetiva da Amazônia ao território nacional. Como enfatiza o ex-embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2005), a ameaça se origina do aprofundamento das vulnerabilidades externas brasileiras, determinadas pela dependência estrutural diante das políticas econômicas emanadas das principais potências internacionais. O abandono das políticas desenvolvimentistas e de integração nacional é sintomático do aprofundamento desse quadro de dependência; tudo isto em nome de uma agenda ambiental difusa nos moldes impostos pela “comunidade internacional”, e que na Amazônia reverbera na forma de extensos territórios indígenas e reservas ecológicas e na presença de uma infinidade de ONGs estrangeiras que atuam sem qualquer controle da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, o governo brasileiro apenas a duras penas conseguiu passar uma hidrelétrica do porte de Belo Monte (enfrentando a dura oposição da OEA e de Washington) e alguns novos projetos de extração mineral na região amazônica. Mesmo no plano interno, movimentos indigenistas e ambientalistas se colocam contrários a obras de infraestrutura física de integração regional, ainda que a maioria dos amazônicos se posicionem favoravelmente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Papirus, 2001.

ALBUQUERQUE, E. S. de. **Uma breve história da geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

ARROYO, M. A espacialidade do futuro... Além das fronteiras nacionais? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16)2: 491-509, 1995.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2008. Ministério da Defesa Disponível em [\[http://www.defesa.gov.br\]](http://www.defesa.gov.br). Acesso em 03/01/2012.

CAMELY, N. Onguismo como Nova Geopolítica do Imperialismo para a Biodiversidade: um Estudo sobre a Amazônia Brasileira. **Revista de Geopolítica**, (1)2: 4-23, 2011.

DINIZ, Eugenio. O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1994.

FERREIRA, Aurilene dos Santos. Gestão do Programa Calha Norte: um estudo sobre as ações de infraestrutura no município de Monte Alegre, Pará. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2008.

GUIMARÃES. S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MARQUES, A. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Governança e Financiamento do Projeto Calha Norte. *Novos Cadernos NAEA*. v. 8, n. 1, p. 115-140, jun. 2005.

RACY, J. C.; SIBERFELD, J. C. E. Defesa nacional, complexo industrial-militar e mobilização. **Revista de Economia Mackenzie**, 3(3): 53-71, 2003.

RODRIGUES, Lysias. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1947.

RÜCKERT, A. A. O estado do Rio Grande do Sul: Brasil como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. **Investigaciones geográficas**. México: UNAM, 51: n.d, 2003.

SILVA, G. do C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.

SILVA, Fernando J. Sant'Ana Soares e. O poder militar brasileiro como instrumento de política externa. In FILHO, E.; MORAES, R. (Orgs.). **Defesa Nacional para o Século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.